

CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº2, 8000-236 Faro

NISS. 20007605148

C.I. 500 884 870

**Relatório de Contas
e
Demonstrações Financeiras**

Ano de 2025

(Decreto - Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto – Lei nº 98/2015, de 2 de Junho
e Aviso nº 8259/2015 para ESNL)

CASA DE SANTA ISABEL
Rua Caçadores 4, n.º 2, 8000-236 Faro
NISS: 20007605148
NIF: 500 884 870



RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Exercício de 2025

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição, o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2025 que agora se apresenta, com as respetivas Demonstrações Financeiras e o Anexo, elaborados de acordo com Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e o Aviso n.º 8259/2015 para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), pretende espelhar as atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2025 pela Casa de Santa Isabel, instituição centenária ao serviço da comunidade.

1. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA DIREÇÃO, DESEMPENHO E POSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO EM 2025:

O ano de 2025, a exemplo do exercício dos três anos anteriores, foi caracterizado por condições de imprevisibilidade no panorama internacional, devido aos conflitos armados na Ucrânia, no Médio Oriente e em África, com os consequentes problemas políticos, económicos e sociais, que preocupam os cidadãos e condicionam a sociedade contemporânea. Os conflitos internacionais, trazem situações de elevado risco e incerteza à vida quotidiana dos povos, com consequências adversas para a organização económica das sociedades, sobretudo para as economias abertas ao exterior. Estas economias, muito dependentes do comércio internacional, estão sujeitas aos mecanismos de mercados, tantas vezes condicionados pelas falhas de mercado e externalidades negativas, a que acrescem pressões inflacionistas, subida dos preços, alterações nas cadeias de abastecimento, acesso a habitação digna, etc. Nesse contexto, Portugal, enquanto Estado-Membro da União Europeia, não deixa de sentir o impacto desses problemas económicos, que têm impacto no rendimento disponível das famílias e na gestão das organizações.

Depois de ultrapassada a instabilidade política nacional, com a realização de eleições legislativas antecipadas e a tomada de posse de um novo governo constitucional, ocorridas em 2025, a situação agravou-se no panorama internacional, com aumento da imprevisibilidade. Depois da recente pandemia de covid-19, da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, em 2022, numa guerra que já dura há mais de 4 anos, e do ataque terrorista a Israel a que se seguiu o conflito bélico na Faixa de Gaza, eis que, em 2025, assistiu-se a momentos de elevada instabilidade, a nível internacional, com a ascensão ao poder e a governação do Presidente eleito dos Estados Unidos da América, e a mudança rápida dos contornos da ordem mundial, com o direito internacional posto em causa. Esse momento de viragem marcou o eclodir de novas guerras, sendo estes tempos, conturbados e desafiantes para a Humanidade em geral, e para cada um de nós em particular. Se Portugal não é alheio

aos tempos que correm, de elevada imprevisibilidade, as Instituições – e também a Casa de Santa Isabel – não podem escamotear as dificuldades sentidas, que o porvir, em vez de atenuar, parece sobrecarregar, sinal dos tempos de “excepcionalidade”, que nos são dados viver.

No exercício de 2025, a Instituição foi confrontada com o aumento generalizado dos custos operacionais, nomeadamente, dos gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, e outros gastos de funcionamento. Os preços inflacionados do trabalho, energia, bens alimentares, bens de consumo, medicamentos, prestação de serviços, etc., representam gastos significativos na gestão diária. Em contraste, os rendimentos não aumentam na mesma proporção.

O ano de 2025, de acordo com o novo enquadramento normativo, foi o primeiro exercício em que foram abrangidas todas as crianças a frequentar a resposta social de “Creche”, com a medida universal da *Gratuidade das Creches*, independentemente do escalão de rendimento do agregado familiar. Com esta medida, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) deixaram de cobrar as participações familiares aos agregados das crianças que frequentam a Creche, que passaram a ser pagas pela Segurança Social. Na prática, as IPSS perderam margem de manobra na gestão corrente, não conseguindo refletir, na totalidade, os custos reais da resposta social nos “utentes”. Em termos genéricos, a aplicação da medida da *Gratuidade das Creches* tem provocado quebra de receitas para a Casa de Santa Isabel, comprovada por uma redução dos valores anuais das mensalidades cobradas, relativamente à situação registada em anos anteriores à implementação desta medida (adotada de forma progressiva desde 2021), em que havia lugar ao pagamento de participações familiares por parte dos agregados das crianças utentes.

Analisando o apoio à infância na cidade de Faro, em linha com os últimos anos, no ano de 2025 registou-se um incremento da oferta de estabelecimentos de Creche, através da adesão de diversas instituições ao *Programa Creche Feliz*, registando-se uma forte concorrência de creches do Setor Social e Solidário e do Setor Privado, o que associado à medida de *Gratuidade das Creches*, suscita novos desafios de gestão: preenchimento de vagas, critérios de admissão, alargamento de horários, atividades extracurriculares, plataformas digitais para comunicação com famílias, redes sociais, etc. Também a oferta de novos equipamentos de Educação Pré-Escolar no concelho de Faro, no ano de 2025, aumentou significativamente, sobretudo através da Autarquia, com acréscimo da capacidade instalada na cidade. Exemplo disso, foi a abertura em setembro de 2025, de novas salas na rede pública, por iniciativa autárquica, na esfera do Agrupamento de Escolas D. Afonso III.

Em concordância com as normas estatutárias em vigor, e dando continuidade a exercícios anteriores, em 2025, a Instituição manteve a sua prestação de serviços à comunidade, através de três respostas sociais – Creche, Educação Pré-Escolar e Casa de Acolhimento (CA), também designada por Lar de Infância e Juventude (LIJ). De acordo com o quadro legal vigente e as orientações emanadas pelas autoridades de supervisão, foi dado cumprimento

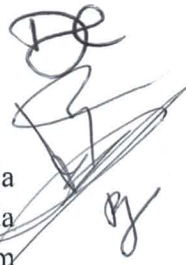
aos Acordos de Cooperação em vigor, celebrados entre o Estado e a Instituição, para as três respostas sociais atrás mencionadas.

No âmbito da gestão de vagas nas respostas sociais, no ano de 2025, a Casa de Santa Isabel registou uma frequência média de 144 crianças e jovens, nas três valências (menos duas do que no ano de 2024). Em média, a área do apoio à infância abrangeu um total de 124 crianças, das quais 41 crianças na Creche, situação similar ao ano transato (capacidade: 42; em termos médios, uma vaga por preencher), e 83 crianças na Educação Pré-Escolar, menos uma que no ano anterior (capacidade: 86; em termos médios, três vagas por preencher), tendo-se registado mais vagas por preencher em alguns meses do ano, sobretudo no mês de agosto, tradicional período de férias das famílias. O preenchimento das vagas é tão mais importante, quanto o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para estas respostas sociais, proveniente dos Acordos de Cooperação, está dependente da variação de frequência dos utentes. Na área do acolhimento institucional, a Casa de Acolhimento abrangeu, em média, 20 crianças e jovens, menos uma que no ano transato (capacidade: 26, seis vagas por preencher).

No âmbito da reorganização da proposta de valor na área do apoio à infância, em julho de 2025, foram revistos e aprovados os Regulamentos Internos de funcionamento da Creche e da Educação Pré-Escolar, para o ano letivo 2025/2026. A comunicação com as famílias é uma das apostas presentes. Assim, para facilitar a interação com pais e encarregados de educação das crianças que frequentam estas respostas sociais, deu-se continuidade ao funcionamento da plataforma digital *ChilDiary*, adotada em outubro de 2024, para permitir uma melhor e mais fluída partilha de informação sobre atividades desenvolvidas no processo educativo.

Em linha com a estratégia delineada no ano anterior para as Atividades Extracurriculares (AEC) da Creche e da Educação Pré-Escolar, no ano de 2025, a Casa de Santa Isabel recorreu à contratação de professores credenciados para a oferta de atividades extracurriculares de Inglês, Psicomotricidade e Música (esta oferecida também às crianças das salas de 1 e de 2 anos da Creche). A Tabela de preços foi aprovada em julho, para o ano letivo 2025/2026, optando-se por uma comparticipação partilhada entre a CSI e as famílias. Assim, este exercício de 2025, foi o primeiro em que os encargos com as AEC's foram partilhados com as famílias das crianças utentes, deixando as AEC's de estar abrangidas pelas mensalidades cobradas (quando aplicáveis), de acordo com revisão dos regulamentos internos das duas respostas sociais, ou de ser encargos totalmente assumidos pela Instituição. A exemplo de exercícios anteriores, em 2025 a Instituição beneficiou de complemento para Creches atribuído pela Segurança Social, por praticar um horário de funcionamento superior a 11 horas diárias, (08h00 – 19h15), para além da comparticipação financeira utente/mês, atribuída no âmbito do Acordo de Cooperação em vigor.

Na resposta social “Casa de Acolhimento (CA)”, em 2025 deu-se continuidade ao trabalho de apoio à integração e desenvolvimento pessoal e social de 20 crianças e jovens em acolhimento institucional, número ainda superior às 15 vagas previstas no novo



enquadramento normativo das CA. Este trabalho, personalizado e exigente – ou não esteja a CA aberta 24horas/dia, 7dias/semana, 365dias/ano, decorreu com a supervisão da Direção Técnica e da Equipa Técnica e colaboração das Equipas Educativa e de Apoio. Em 2025, uma das jovens da CA terminou o acolhimento institucional na Casa de Santa Isabel, tendo fixado residência em Apartamento Autonomizado de outra instituição da cidade, e sido admitida no plano de estudos da licenciatura em Gestão Hoteleira da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, ano letivo 2025/2026, o que constitui motivo de regozijo para a comunidade de Santa Isabel.

De modo a proceder à requalificação da CA, em 2025, e a exemplo de anos anteriores, a Casa de Santa Isabel teve a colaboração de um supervisor externo (de modo a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro), especializado em supervisão de acolhimento institucional, que contribuiu para a melhoria organizacional desta resposta social. Por outro lado, em 2025 avançou-se no processo de adequação das Casas* de Acolhimento de crianças e jovens (CA), ao previsto na Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro, e conseqüente revisão do Acordo de Cooperação, através de reuniões e contactos com o ISS, I.P., e levantamento de entidades que possam colaborar com a Instituição na elaboração do projeto de arquitetura para a requalificação do edificado, no intuito de adequar as instalações existentes para 15 lugares de capacidade máxima.

Para apoio educativo às crianças e jovens acolhidas na CA, e numa perspetiva de contribuir para o respetivo sucesso escolar, a Instituição teve a colaboração de uma professora destacada ao abrigo do *Plano Casa*, no âmbito do protocolo entre o ME e o MTSSS, para os anos letivos de 2024/2025 e 2025/2026 (abrangendo, portanto, o ano civil de 2025).

Durante o ano de 2025, foram efetuadas visitas de estudo das crianças e jovens da CA através das escolas do ensino público que frequentam. A exemplo de anos anteriores, foi registada a sua participação em diversas atividades no âmbito do Desporto Escolar (modalidades de badminton, dança e voleibol), e extracurriculares, tais como o ténis (na *Academia Champs*), com vantagens para os processos de socialização e integração na comunidade, e o respetivo desenvolvimento pessoal. No período considerado, as crianças e jovens da CA beneficiaram de diversas ações de voluntariado, desenvolvidas por uma docente universitária, professora catedrática da Universidade do Algarve.

No seguimento da recente celebração de um protocolo de colaboração com a PSICOESPAÇO – Centro de Desenvolvimento Infantil e Juvenil, para atender a problemas de saúde mental das crianças e jovens acolhidas na CA, em 2025, registou-se uma ampla intervenção dos especialistas desta empresa, através de apoio técnico especializado nas áreas de Pedopsiquiatria e Psicologia (consultas uma vez por mês), para apoio psicológico às jovens da CA, disso necessitadas (e são cerca de 50% das utentes da resposta social), sem encargos para a Instituição. O custo destas consultas foi participado a 100% pela Segurança Social.

Analisando os rendimentos das três respostas sociais no que respeita às comparticipações do Estado, destaque em março de 2025, para a celebração do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Protocolo para o biénio 2025-2026, assinado pelo Governo e as Entidade Representativas do Setor Social e Solidário, que estabelece as comparticipações financeiras da Segurança Social para o ano de 2025, e a atualização das respostas sociais, com aumentos para diversas valências (por exemplo: Creche em 4,9%; Pré-Escolar em 16,85%), o que visa “prevenir o risco eminente de fecho de várias instituições que prestam serviço social”. Em contraste, não foram atualizadas as comparticipações financeiras referentes às crianças e jovens acolhidas em Casas de Acolhimento, mantendo-se os valores de referência, sem atualização há vários anos, o que acentua a situação deficitária desta resposta social.

No exercício de 2025 foi priorizada a conservação de instalações e manutenção de equipamentos, nomeadamente: serviços de verificação de instalações elétricas com análise e diagnóstico de funcionamento do quadro geral de energia elétrica (QGE); trabalhos de reparação e pintura de: quartos da CA (parcial), paredes exteriores e interiores do gabinete da Equipa Técnica, salas dos 3 anos e dos 5 anos (parcial), e refeitório (parcial), com problemas de infiltrações e elevados níveis de humidade; trabalhos de pintura de parque de recreio exterior (parcial), e de muro da fachada exterior principal do edifício da CSI; serviços de limpeza de tubagem interior, exterior e motor de “hotte” de equipamento da cozinha, com troca de filtros; intervenção técnica de manutenção preventiva dos sistemas automáticos de deteção de incêndios (SADI). Ainda neste exercício, foram ainda adjudicados: os serviços de fornecimento de água potável através de máquinas dispensadoras; os serviços de Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE) por empresa certificada na ANEPC, que incluem a realização de ações de formação, simulacros, correção das MAP (Medidas de Autoproteção), para a Creche, Pré-Escola, Casa de Acolhimento e Serviços Administrativos, de modo a dar cumprimento à legislação em vigor.

No âmbito da execução do plano de investimentos, em 2025, procedeu-se à aquisição de uma mesa de alimentação para 5 bebés (Berçário); mobiliário para o gabinete das Educadoras de Infância (4 mesas e 6 cadeiras); mobiliário para a sala dos 4 anos (7 mesas e 2 cadeiras); armários cacifos para Creche e Pré-Escola; aquisição de artigos têxteis (70 lençóis para catres de salas da Pré-Escola); aquisição de uma fotocopiadora/imprensa a cores multifunções para o gabinete das Educadoras de Infância; aquisição de um aparelho de ar condicionado para a sala dos 3 anos; aquisição de um armário frigorífico de conservação e de um armário frigorífico de congelados para a cozinha; aquisição de software informático (licenças antivírus e outras, atualização de software de gestão geral e de gestão de pessoal).

Na gestão diária da Instituição, foram reforçados os mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação de contratos de fornecimento de eletricidade (registando em 2025, a substituição de fornecedor, devido a proposta economicamente mais vantajosa), gás, seguros, de manutenção do “monta-cargas” (contrato renegociado), e outros

fornecimentos e serviços externos, com o intuito de obter preços mais vantajosos para a Instituição, de modo a reduzir custos de funcionamento. Por outro lado, de modo a gerir a evolução das taxas de juro praticadas pela banca comercial (revistas em baixa ao longo de 2025), foi efetuada uma rigorosa gestão financeira das aplicações em depósitos a prazo, traduzida na obtenção de resultados financeiros que contribuíram para o resultado líquido positivo do exercício.

No ano de 2025, registou-se a admissão de 7 novos associados, mais três do que no exercício anterior. Pela primeira vez de há alguns anos a esta parte, o número de admissões é superior aos pedidos de desistências de associados, que serão objeto de outro ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Geral ordinária. Ainda no ano de 2025, foi atribuída a categoria de Sócio Honorário, ao Sr. Marcelino Pacheco da Silva, por relevantes serviços prestados à Instituição, sobretudo no exercício de funções na Mesa da Assembleia Geral, em regime de voluntariado, *pro bono*.

Em termos institucionais, em 2025 deu-se continuidade às relações com o Centro Distrital de Segurança Social de Faro (ISS, I.P.), Direção Regional de Educação do Algarve, Câmara Municipal de Faro, União de Freguesias de Sé e S. Pedro (Faro), e Universidade do Algarve/Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC). Em 2025, prosseguiu o apoio da União de Freguesias de Sé e S. Pedro, na área da Nutrição, com a colaboração de uma nutricionista para a revisão das ementas diárias de refeições servidas nas três respostas sociais da Instituição. Neste ano, a Casa de Santa Isabel participou da parceria com a Autarquia e atores locais, no Núcleo da Garantia para a Infância de Faro, a que a nossa instituição aderiu em novembro de 2023.

Ainda no quadro institucional, mantiveram-se boas relações com a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, URIPSS Algarve – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve, estruturas representativas do Setor Social e Solidário das quais somos associados, e com diversas entidades públicas e privadas do Setor Social, nomeadamente, com a Fundação UNITATE, ao nível da formação profissional. Prosseguiu a relação profícua com o Banco Alimentar do Algarve, um importante doador da Instituição, o Instituto D. Francisco Gomes e a AIPAR – Associação de Proteção à Rapariga e à Família, agradecendo a Casa de Santa Isabel, o apoio destas instituições. De destacar ainda, no ano de 2025, os donativos de empresas privadas, e de pessoas beneméritas a título individual, que permitiram a melhoria das condições de funcionamento da Instituição, sobretudo da sua Casa de Acolhimento.

As aquisições de bens e equipamentos duradouros totalizaram este ano o montante de 21.450,36€, sendo que 6.600,80€ foram em grandes reparações nos edifícios e o valor restante de 14.849,56€ refere-se à aquisição de equipamento básico para reforço e substituição de bens já obsoletos e deteriorados.

O ativo não corrente da Instituição, bens e equipamento duradouros estão assim valorizados em 900.918,42€ e, por se encontrarem parcialmente depreciados o seu valor líquido à data do Balanço é de 212.771,16€.

A Instituição opera com recurso a 35 funcionários, que durante o ano implicaram um gasto de 810.608,65€, entre remunerações e os respetivos encargos patronais, sendo responsável por 75% do total dos gastos anuais. Os restantes gastos gerais representam assim 25%.

A Instituição financia essas aquisições e todas as restantes despesas e encargos com fundos próprios, não tendo recorrido, até agora, a qualquer empréstimo em Instituições bancárias.

São reforços dos seus fundos próprios, os rendimentos que obtém anualmente provenientes essencialmente de: mensalidades obtidas pelos serviços prestados aos utentes; quotas dos Associados; acordos de cooperação e protocolos assinados com o ISS, I.P. e o Ministério da Educação; donativos obtidos de diversos mecenas, particulares, empresariais e outras entidades, de onde se destaca a preciosa ajuda do Banco Alimentar do Algarve.

Os valores anuais de mensalidades debitadas aos utentes atingiram este ano o montante de 192.117,69€. O decréscimo dos rendimentos foi parcialmente compensado pelos acordos de cooperação estabelecidos com o ISS, I.P., dos quais a Instituição recebeu 461.637,23€. Assim, no total os rendimentos obtidos relacionados com as mensalidades das valências da Creche e Pré-Escola totalizam 653.754,92€.

Também foram recebidos subsídios do Estado e de outras entidades públicas, para as três valências da Instituição, no montante de 373.757,46€, sendo que do ISS, I.P., foi recebido 362.337,31€.

Outra forma de financiamento da Instituição são os donatários e os seus donativos, que atingiram este ano o valor de 46.664,26€, sendo que do Banco Alimentar do Algarve foram-nos remetidos bens no valor de 26.881,85€. O montante reconhecido em 2025 diz respeito a donativos que foram concedidos sem qualquer contrapartida pecuniária ou comercial.

A Instituição apresenta nas suas contas:

- Créditos a receber no total de 74.474,86€, referentes essencialmente a valores por receber do ISS, I.P., sem situações de mora; o valor de mensalidades de utentes por receber é de apenas 471,34€ e de quotas de associados é de 946,92€.
- Créditos obtidos de fornecedores no valor de 17.537,80€, não apresentando quaisquer valores em situação de mora e corresponde a um prazo médio de pagamento a 30 dias;
- Créditos obtidos de outros credores no valor de 136.135,23€, sendo que: 111.406,91€ são os encargos perspectivados com pessoal, referente a férias, subsídios de férias e respetivos encargos patronais, do ano de 2025, agora findo e exigíveis; e, 20.141,79€ são valores dos utentes em guarda à responsabilidade da Instituição.

Em termos de contribuições e impostos, a Instituição tem cumprido integral e atempadamente com a sua comunicação e pagamento, não existindo qualquer situação irregular e/ou em mora junto do Estado e de outros entes públicos, sendo o valor por pagar registado à data do fecho das contas de 20.040,26€.

Os valores de caixa e equivalentes atingiram, no fim do ano, a soma de 1.414.743,86€, superiores aos do ano anterior. Deste valor, encontra-se aplicado em depósitos a prazo, junto de diversas Instituições bancárias, o valor de 1.386.512,39€. No presente ano, as diversas aplicações financeiras geraram juros no montante global de 26.173,58€.

Este ano, o resultado operacional foi praticamente nulo, tendo sido positivo em apenas 610,67€, pelo que o rendimento obtido pelos juros dos depósitos a prazo teve um impacto crucial no resultado líquido do exercício, tornando-o positivo em 26.784,25€.

Pela análise das Demonstrações Financeiras podem V. Exas. tirar conclusões sobre a situação patrimonial da Instituição.

2. QUESTÕES AMBIENTAIS:

A Instituição revela preocupações de âmbito ambiental e cumpre com as exigências legais em vigor.

3. QUESTÕES RELATIVAS AOS TRABALHADORES:

A Instituição cumpre com as exigências legais em vigor, não havendo qualquer tipo de questões relativas aos trabalhadores por resolver.

No exercício de 2025, estiveram ao serviço da Instituição, em média, 35 funcionárias, quando no ano transato, estiveram ao serviço, em termos médios, 34 funcionárias. Os aumentos salariais, devido à alteração da remuneração mínima mensal e dos acordos de contratação coletiva, foram variáveis, de acordo com a atualização da tabela remuneratória, o posicionamento nas categorias profissionais e a evolução do salário mínimo, atualizado em janeiro, respeitando as normas da legislação em vigor, em matéria laboral.

A exemplo de anos anteriores, regista-se falta de mão-de-obra disponível em algumas categorias profissionais, nomeadamente de Educadoras de Infância e Ajudantes de Ação Educativa (sobretudo para assegurar horário de trabalho por turnos), resultante de vários constrangimentos do funcionamento do mercado de trabalho na região do Algarve, com desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, para determinadas profissões. Por outro lado, em 2025 registaram-se diversas baixas médicas e outras, de pessoal efetivo, e, ainda, a saída de uma Educadora de Infância, contratada pelo Ministério da Educação (em 2024, tinham saído duas, e em 2023, uma), após procedimento concursal para a Função Pública. Esta ocorrência, registada no final de novembro de 2025, três meses depois do início

do ano letivo, para além de constituir concorrência desleal do Estado ao Setor Social e Solidário, é pernicioso para as IPSS, uma vez que as saídas de pessoal são imediatas após a comunicação da trabalhadora colocada na Escola Pública, não respeitando o pré-aviso dos contratos de trabalho.

Em 2025, a Instituição contratou uma Auxiliar de Ação Educativa que tinha participado da *Medida Estágios Profissionais*, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que decorreu na Instituição no período de 13/05/2024 a 12/02/2025, garantindo as boas práticas de empregabilidade desta medida de políticas públicas de emprego.

4. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS:

A Instituição não tem sucursais.

5. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E ESTADO:

Foram cumpridas todas as obrigações declarativas, foram apurados e pagos os impostos e contribuições devidos, pelo que não existem quaisquer valores em mora. Assim, a Instituição apresenta as suas situações tributária e contributiva regularizadas.

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Após o termo do exercício, a nível internacional registou-se uma escalada dos conflitos armados. A par da Guerra na Ucrânia que entrou no seu 4.º ano de duração, eclodiu a Guerra do Médio Oriente com o ataque ao Irão perpetrado pelos Estados Unidos da América e Israel, e a resposta daquele país aos beligerantes e a outros países árabes. O recrudescer da guerra provocou o bloqueio do Estreito de Ormuz, passagem obrigatória de produtos petrolíferos, gás natural, fertilizantes e outros, para as cadeias de abastecimento da economia global. Sem fim à vista, esta guerra tem muitas consequências globais, nefastas e imprevisíveis, com a cotação do barril de *brent* a ultrapassar os 100 dólares nos mercados internacionais, a gerar pressão inflacionista, crise nos mercados de valores mobiliários, fonte de forte instabilidade económica e social. Não se augura nada de bom para a economia nos tempos próximos, com a pressão inflacionista a provocar preços elevados na energia, produtos alimentares e outros, com custos muito significativos para os consumidores e para as entidades coletivas, nos mais variados setores económicos, desde a agricultura à indústria, ao setor terciário e às IPSS.

Apesar dos factos relatados, em termos da atividade e do registo nas demonstrações financeiras do ano 2025, não se verificaram impactos significativos na Instituição.



7. A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO:

Dado o atual contexto internacional, marcado pelo início da guerra do Irão em 28 de fevereiro, que passado quase um mês não dá sinais de obtenção de um cessar fogo, vivem-se tempos de “excepcionalidade”, e os cenários são pessimistas. Assim, o ano de 2026 vai ser caracterizado por uma elevada imprevisibilidade, económica e social, com possibilidades de ocorrência de estagflação económica. O próximo exercício estará condicionado pelas consequências económicas das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, nomeadamente, a instabilidade nos mercados de bens e serviços, problemas nas cadeias de abastecimento de produtos, com uma inflação que vai escalar para valores muito superiores à meta de 2%, aumento das taxas de juro e de desemprego, regresso dos défices orçamentais e a possibilidade de registo de perturbações nos mercados financeiros. A tensão nas economias internacionais é latente, podendo algumas economias entrar em recessão.

A economia portuguesa, aberta ao exterior, muito dependente da importação de energia, conhece tempos de muita incerteza, a que acresce o esforço que é necessário fazer, sobretudo na Região Centro, para a reconstrução/reparação de infraestruturas rodoviárias e outras, habitações, empresas, etc., destruídas ou bastante danificadas pela tempestade *Kristin* que flagelou o país no final de janeiro passado.

Em suma, os tempos estão difíceis para as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), dado que a economia vai ajustar-se em baixa, as expectativas dos agentes económicos diminuíram drasticamente no último mês e ainda vão piorar, e o rendimento disponível das famílias vai decrescer significativamente à custa da subida da inflação. Por outro lado, a criação de valor e os rendimentos das IPSS estão muito dependentes das transferências do Estado e entidades públicas, ao sabor de decisões políticas conjunturais, e os custos de funcionamento estão a aumentar, em diversos bens e serviços, devido à pressão inflacionista. A sustentabilidade das IPSS está posta em causa, devido a fatores exógenos, de que o choque adverso na oferta de produtos petrolíferos e derivados é um exemplo, porque a situação internacional que nos vai atingir, causará um impacto negativo no exercício de 2026 (e nos seguintes). Em resumo, os tempos conturbados em que vivemos não são favoráveis ao desempenho das IPSS em geral, e da Casa de Santa Isabel em particular.

No próximo ano de 2026, prevê-se que a Instituição continue a laborar no mesmo sentido até então evidenciado, com recurso sempre que possível, a “remédios” ajustados à situação de elevado risco e incerteza, acautelando as suas provisões de existências, repensando e equacionando os gastos que tem a suportar (controle da despesa), e os rendimentos que poderá obter (receitas). Num contexto de estrutura rígida de custos de funcionamento, a análise e distribuição de gastos face aos rendimentos por cada resposta social, deverá ser realizada com frequência, procurando agir de forma racional e prudente perante

constrangimentos de um cenário de imprevisibilidade, suscetível de provocar impacto significativo no exercício.

8. PROPOSTA PARA APROVAÇÃO:

A Direção propõe a V. Exas. o seguinte:

- a) A aprovação do Relatório de Direção de 2025;
- b) A aprovação do Balanço de 2025;
- c) A aprovação da Demonstração dos Resultados por naturezas de 2025
- d) A aprovação da Demonstração dos Resultados por valências de 2025;
- e) A aprovação da Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2025;
- f) A aprovação do Anexo de 2025;
- g) Que o Resultado Líquido do período, POSITIVO no valor de 26.784,25€, transite para os períodos seguintes, registando-se na rubrica de Resultados Transitados.

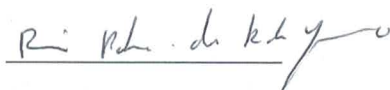
Faro, 24 de março de 2026

A Direção,

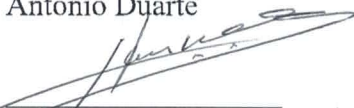
Dinis Caetano



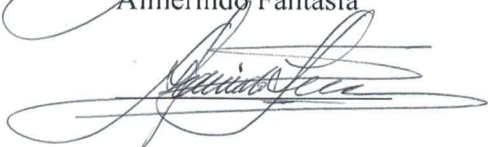
Rui Guerreiro



António Duarte



Almerindo Fantasia



Vítor Madeira

CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº2
8000-236 Faro
C.I. 500 884 870

Balanço
em
31 Dezembro de 2025

€

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	2.3;4	212 771,16	221 874,08
Bens do Património Histórico e Cultural			
Activos Intangíveis			
Investimentos Financeiros	2.3;11	5 971,88	5 971,88
Fundadores/Beneméritos/ Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		218 743,04	227 845,96
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	2.3;7;11	1 221,16	1 938,28
Créditos a receber	2.3;10;11	74 474,86	87 315,47
Estado e Outros Entes Públicos	2.3;11	2 387,41	3 034,11
Fundadores/Beneméritos/ Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	2.3		
Diferimentos	2.3	3 325,93	4 153,10
Outros Activos correntes	2.3;11		
Caixa e Depósitos Bancários	2.3;11	1 414 743,86	1 339 559,88
		1 496 153,22	1 436 000,84
TOTAL DO ACTIVO		1 714 896,26	1 663 846,80
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	2.3;11	139 021,31	139 021,31
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados	2.3;11;16	1 340 346,43	1 321 119,54
Excedentes de Revalorização			
Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	2.3;11	34 994,98	34 994,98
		1 514 362,72	1 495 135,83
Resultado Líquido do Período	2.3;11	26 784,25	19 226,89
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1 541 146,97	1 514 362,72
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Provisões Específicas			
Financiamentos Obtidos			
Outras Dívidas a Pagar			
Outros			
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	2.3	17 537,80	18 350,58
Estado e Outros Entes Públicos	2.3;15	20 040,26	20 417,07
Fundadores/Beneméritos/ Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos Obtidos	2.3;6;11		
Diferimentos	2.3;11	36,00	42,00
Outros passivos correntes	2.3	136 135,23	110 674,43
		173 749,29	149 484,08
TOTAL DO PASSIVO		173 749,29	149 484,08
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		1 714 896,26	1 663 846,80

A Direção:



O Contabilista Certificado,
Sandra Ramalho
C.C.23354



CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº2

8000-236 Faro

C.I. 500 884 870

Demonstração de Resultados por Naturezas

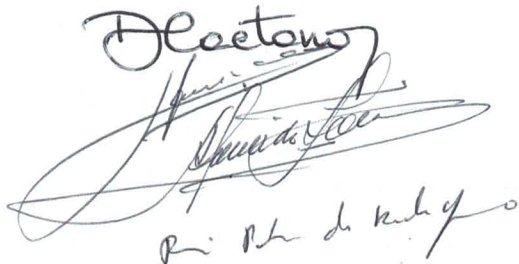
em

31 Dezembro de 2025

€

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	2.3;8;11	655 343,32	600 374,16
Subsídios, doações e legados à exploração	2.3;8;10;12;11	420 421,72	389 799,76
ISS, IP - Centros Distritais		362 337,31	335 817,08
Outros		58 084,41	53 982,68
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo da mercadoria vendidas e das matérias consumidas	2.3;7	-114 328,26	-142 607,26
Fornecimentos e serviços externos	2.3;11	-115 629,67	-122 080,30
Gastos com pessoal	2.3;12	-810 608,65	-709 347,26
Ajustamento de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	2.3;3;8	397,05	19 334,35
Outros gastos	2.3;3;8	-4 431,56	-2 331,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31 163,95	33 142,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2.3;4	-30 553,28	-32 447,47
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		610,67	694,75
Juros e rendimentos similares obtidos	2.3;10	26 173,58	18 532,14
Juros e gastos similares suportados	2.3;6;11		
Resultado antes de Impostos		26 784,25	19 226,89
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do Período	2.3	26 784,25	19 226,89

A Direção:



Rui Pedro de Melo

O Contabilista Certificado,

Sandra Ramalho

C.C.23354



CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº2
8000-236 Faro
C.I. 500 884 870

Demonstração de Resultados por Naturezas e Valências

em

31 Dezembro de 2025

€

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025			
		Creche	Pré Escola	Casa Acolh.	TOTAL
Vendas e serviços prestados	2.3;8;11	259 405,99	394 348,93	1 588,40	655 343,32
Subsídios, doações e legados à exploração:	2.3;8;10;12;11	15 830,16	61 063,50	343 528,06	420 421,72
ISS, IP - Centros Distritais		11 464,71	54 008,80	296 863,80	362 337,31
Outros		4 365,45	7 054,70	46 664,26	58 084,41
Variação nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo da mercadoria vendidas e das matérias consumidas	2.3;7	-27 438,77	-52 591,00	-34 298,49	-114 328,26
Fornecimentos e serviços externos	2.3;11	-23 162,24	-38 119,98	-54 347,45	-115 629,67
Gastos com pessoal	2.3;12	-190 335,39	-321 412,02	-298 861,24	-810 608,65
Ajustamento de inventário (perdas/reversões)					
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)					
Provisões (aumentos/reduções)					
Provisões específicas (aumentos/reduções)					
Outras imparidades (perdas/reversões)					
Aumentos/Reduções de justo valor					
Outros rendimentos	2.3;3;8			397,05	397,05
Outros gastos	2.3;3;8		-2 905,78	-1 525,78	-4 431,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 299,75	40 383,65	-43 519,45	31 163,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2.3;4	-10 184,42	-10 184,42	-10 184,44	-30 553,28
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24 115,33	30 199,23	-53 703,89	610,67
Juros e rendimentos similares obtidos	2.3;10			26 173,58	26 173,58
Juros e gastos similares suportados	2.3;6;11				0,00
Resultado antes de Impostos		24 115,33	30 199,23	-27 530,31	26 784,25
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado Líquido do Período	2.3	24 115,33	30 199,23	-27 530,31	26 784,25

A Direção:

D. Coetanus
[Handwritten signature]
P. R. de ...

O Contabilista Certificado,

Sandra Ramalho

C.C.23354

[Handwritten signature]

CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº2
8000-236 Faro
C.I. 500 884 870

Demonstração dos Fluxos de Caixa
em
31 Dezembro de 2025

€

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes e utentes	2.3;8;11	654 920,18	601 096,49
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios	2.3	-843,75	-6 267,75
Pagamento de bolsas	2.3	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	2.3;7;8;11	-229 495,40	-267 296,14
Pagamentos ao pessoal	2.3;12	-614 393,75	-576 930,65
Caixa gerada pelas operações		-189 812,72	-249 398,05
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	2.3	0,00	* 0,00
Outros recebimentos / pagamentos	2.3;8;10;11;12	287 294,67	255 009,54
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	2.3	97 481,95	5 611,49
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	2.3;4	-22 297,97	-21 299,02
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros	2.3;11		0,00
Outros activos			
Recebimentos proveniente de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	165,02
Outros activos	2.3;11	0,00	0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	2.3	-22 297,97	-21 134,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos	2.3;6;11	0,00	0,00
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	2.3;6;11	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2.3;6;11	0,00	0,00
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	2.3	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	2.3	75 183,98	-15 522,51
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.3;11	1 339 559,88	1 355 082,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.3;11	1 414 743,86	1 339 559,88

A Direção:



O Contabilista Certificado,

Sandra Ramalho

C.C.23354



CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº 2; 8000-236 Faro

NISS. 20007605148

NIF. 500884870

ANO 2025

MAPA DE CONTROLO DO SUBSÍDIO PARA INVESTIMENTO

Não existem quaisquer subsídios para o investimento.

De acordo com as notas de enquadramento às contas específicas das ESNL para a conta 59 – Outras variações nos Fundos Patrimoniais, os subsídios e as doações associadas aos Activos Fixos Tangíveis (AFT) devem ser transferidos numa base sistemática para a conta 7883 – Imputação de Subsídios/Doações para Investimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações do investimento/AFT a que respeitam.

No ano de 2013, foi reconhecida a propriedade dos bens provenientes da Herança do Sr. António Silva Guerreiro: 5/100 do imóvel U-2871 (anterior U-2704) e 5/100 do imóvel U-4454 (anterior U-4214), ambos em Faro, registados na C.R. Predial de Faro e valorizados em 15.447,31e e 19.518,99€, respectivamente.

Não se procedeu ao apuramento da sua quota de depreciação anual porque os bens não se encontram em estado de uso; assim sendo, também não foi feita a devida transferência numa base sistemática para a conta 7883 do valor da doação, mantendo-se inalteráveis os saldos das contas 594 – Doações, sub-conta 5943 e 5944.

O valor reconhecido na conta 594- Doações, sub-conta 5941 no valor de 28,68€, corresponde ao Terreno referente ao U-9365 (anterior U-8755) Edifício original da Rua dos Caçadores IV, nº2 em Faro e, permanece inalterável, porque o bem não é depreciable, de acordo com a legislação em vigor.

Procede-se assim, de acordo com a norma de enquadramento à conta 59- Outras variações nos fundos patrimoniais para as ESNL, integrada no Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.


Faro, 31 de dezembro de 2025

A Direção,

O Contabilista Certificado,

Sandra Ramalho

C.C.23354



R. Silva da Silva



CASA DE SANTA ISABEL

Rua dos Caçadores IV, nº 2, 8000-236 Faro
NISS. 20007605148
NIF. 500 884 870

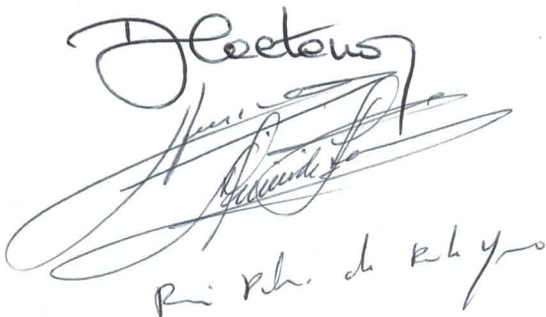
ANO 2025

MAPA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO

Não existem trabalhadores em regime de trabalho voluntário.

Faro, 31 de dezembro de 2025

A Direção,


Rui Ribeiro

O Contabilista Certificado,
Sandra Ramalho
C.C.23354



Casa de Santa Isabel

Rua dos Caçadores IV, n.º 2, 8000-236 Faro
NISS. 20007605148
C.I. 500884870

ANEXO

Período findo em 31 de dezembro de 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade: CASA DE SANTA ISABEL
NISS. 20007605148
C.I. 500884870

1.2 - Sede: Rua dos Caçadores IV, n.º 2, 8000-236 Faro

1.3 - Natureza da atividade: Instituição Particular de Solidariedade Social; atividades de apoio social a crianças e jovens, com alojamento – CAE 87991.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DF'S:

2.1 – Indicação do referencial contabilístico NCRF – ESNL e outros normativos aplicados:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 e os Decretos-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Estrutura conceptual do SNC – Aviso n.º 8254/2015;
- Normas interpretativas – Aviso n.º 8258/2015;
- Modelos das DF's – Portaria n.º 220/2015;
- Código de contas e notas de enquadramento – Portaria n.º 218/2015;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (28 Normas) – Aviso n.º 8256/2015;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (PE) – Aviso n.º 8257/2015;
- Normas contabilísticas para Microentidades (ME) – Aviso n.º 8255/2015;
- Normas contabilísticas para entidades do setor não lucrativo (ESNL) – Aviso n.º 8259/2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC para ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

- 1) No ano de 2013, foi reconhecida a propriedade dos bens provenientes da herança do Sr. António Silva Guerreiro: 5/100 do imóvel U-2871 e 5/100 do imóvel U-4454, ambos em Faro, registados na C.R. Predial de Faro e valorizados em 15.447,31€ e 19.518,99€, respetivamente.

Não se procedeu ao apuramento da sua quota de depreciação anual porque os bens não se encontram em estado de uso. Assim sendo, também não foi feita a transferência, numa base sistemática, para a conta 7883– Imputação de subsídios / doações para investimentos.

Demonstração do impacto não evidenciado nas demonstrações financeiras do período:

	Anos de vida	Taxa de depreciação	Conta 6422: depreciação 5/100 do imóvel U-2871	Conta 6422: depreciação 5/100 do imóvel U-4454	Conta 7883: Imputação de subsídios/doações
Outros Edifícios/Construções	50	2,00%	308,95	390,38	699,33

- 2) Idealmente os balancetes deveriam dispor de contas correntes individuais para cada utente, no que se refere às mensalidades cobradas nas diversas valências e também aos valores em guarda das utentes da casa de acolhimento.

A Instituição dispõe de um software que permite fazer o controlo de saldos de associados e utentes em tempo real.

Após avaliação exaustiva dos custos benéficos relacionados, verificámos que o custo não iria superar o benefício, tendo sido dispensado esse pormenor no registo contabilístico.

Contudo, na contabilidade, estão criadas contas correntes para utentes e associados, cujos saldos refletem o valor global em dívida pelos utentes de cada valência e associados, e são sempre validadas/confirmadas pelo contabilista certificado, face à informação constante no sistema informático interno da Instituição, numa base mensal.

Tal não implica qualquer efeito nos gastos, rendimentos nem no resultado apresentado.

- 3) No presente exercício não foram interrogadas quaisquer outras disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas:

➤ No balanço:

No ativo não corrente, os ativos fixos tangíveis (AFT) estão valorizados ao custo de aquisição pelo montante de 900.918,42€ e encontram-se parcialmente depreciados, pelo que o seu valor líquido é de 212.771,16€.

As aquisições de AFT totalizaram, este ano, 21.450,36€: em grandes reparações nos edifícios foram aplicados 6.600,80€ e o valor remanescente de 14.849,56€ em aquisições de equipamento básico.

Os investimentos financeiros de 5.971,88€ referem-se ao saldo em Fundo de Compensação do Trabalho.

No ativo corrente, o inventário atingiu a quantia de 1.221,16€ e é constituído por géneros alimentares e produtos de higiene e de limpeza.

Os créditos a receber no valor de 74.474,86€ incluem o saldo de outras contas a receber, onde se registou o valor a receber do ISS, IP, respeitante à compensação financeira do diferencial remuneratório para o estabelecimento de educação pré-escolar, relativa aos educadores no valor de 73.028,56€ por receber. As dívidas de associados referente a quotas ascendem apenas a 946,92€.

O saldo devedor da conta Estado e outros entes públicos de 2.387,41€ diz respeito ao IVA a ser reembolsado à IPSS, por requerimento de acordo com o Decreto-Lei n.º 20/90 de 13 de janeiro.

Os diferimentos de 3.325,93€ dizem respeito a gastos a reconhecer no próximo ano, como os seguros.

O saldo de caixa e os depósitos bancários totalizam 1.414.743,86€, sendo que 1.386.512,39€ estão aplicados em depósitos a prazo, com prazos médios de vencimento que não excedem 365 dias.

Nos fundos patrimoniais da entidade evidenciam-se:

- O valor do fundo inicial da instituição de 139.021,31€;
- As outras variações nos fundos patrimoniais no valor de 34.994,98€, que incluem as doações do terreno original da Rua dos Caçadores IV, n.º 2, em Faro, e dos bens provenientes da herança do Sr. António Silva Guerreiro, 5/100 do imóvel U-2871 e 5/100 do imóvel U-4454;

- os resultados transitados, no total de 1.340.346,43€, que agrega a aplicação dos resultados líquidos de períodos anteriores.

Neste ano de 2025 foi apurado um resultado positivo de 26.784,25€. Evidencia uma viragem face a 2023, onde a Instituição tinha obtido um resultado negativo de 23.923,13€.

No passivo corrente, os valores registados em fornecedores, que constituem obrigações pela aquisição de bens ou serviços, atingem 17.537,80€, ainda assim sem quaisquer situações de mora. A Instituição continua a exercer uma rigorosa disciplina em defesa de uma política cumpridora dos prazos do crédito obtido, que são normalmente de 30 dias.

O Estado e outros entes públicos registam as retenções de imposto sobre o rendimento do trabalho dependente e independente, as contribuições para a Segurança Social, a pagar no início do próximo ano, sem qualquer situação de mora. Os valores totalizam 20.040,26€.

Os outros passivos correntes no valor global de 136.135,23€, que também constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços. Incluem credores diversos (como: eletricidade, comunicações, água, etc.), os valores dos utentes à guarda da instituição no valor de 20.141,79€, e a estimativa de encargos com férias deste período a pagar no próximo ano, a qual atinge o valor de 111.406,91€, o que representa 81% do total da rubrica.

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar reconhecido na rubrica de credores por acréscimos de gastos.

➤ Na demonstração dos resultados por naturezas:

O valor dos serviços prestados no período situou-se em 655.343,32€, e contém:

- As mensalidades cobradas aos utentes da creche e pré-escola no total de 192.117,69€;
- As quotas anuais dos associados, no valor de 1.588,40€
- Os acordos de cooperação entre a Instituição e o ISS, IP. - *Apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente* - no valor de 461.637,23€.

Os subsídios, doações (e legados) à exploração registam a soma de 420.421,72€, sendo a sua proveniência:

- Do ISS, IP. - o complemento pelo horário de funcionamento alargado na creche, no valor de 11.464,71€;
- Do ISS, IP. - o acordo de cooperação para a casa de acolhimento, no valor de 228.688,68€;
- Do ISS, IP. - o protocolo SERE+ para a casa de acolhimento, no valor de 68.175,12€;
- Do ISS, IP. - a compensação financeira do diferencial remuneratório para o estabelecimento de educação pré-escolar, relativa aos educadores, o valor de 54.008,80€;
- Do IEFPP, IP. - a bolsa paga ao abrigo de contrato de medida de apoio, o valor de 11.420,15€;
- Dos mecenas da Instituição - donativos no valor de 46.664,26€, sendo que 39.577,63€ são donativos em espécie, dos quais 26.881,85€ provenientes do Banco Alimentar do Algarve.

O custo das matérias consumidas no total de 114.328,26€ inclui o consumo anual de géneros alimentares e produtos de higiene e de limpeza. As compras anuais ascenderam a 124.842,66€. Os donativos obtidos de vários donatários, de alimentos e produtos de higiene e limpeza, ascenderam a 37.419,37€.

A rubrica dos fornecimentos e serviços externos atingiu a quantia de 115.629,67€. As despesas que maior gasto tiveram foram: as reparações e conservações (8%); os trabalhos especializados (10%); os gastos com as utentes em educação, incluindo os honorários de professores, saúde e vestuário (18%); a eletricidade, água, gás, comunicação e limpeza (37%).

A rubrica de gastos com pessoal regista movimentação referente a remunerações e outros encargos relativos à média de 35 empregados no montante de 810.608,65€. Aqui estão incluídos os encargos patronais sobre as remunerações, que totalizaram 139.023,65€, e os valores estimados de férias e subsídios de férias do período, no valor de 91.093,14€.

Nos outros rendimentos de 397,05€ estão incluídos:

- as correções a exercícios anteriores no valor de 397,05€ - excesso de estimativa de encargos com férias de 2024;

Nos outros gastos de 4.431,56€ estão incluídos: as quotas consideradas incobráveis no valor de 120,00€; os apoios pecuniários concedidos aos utentes da casa de acolhimento no valor de 843,75€; as correções a exercícios anteriores no valor global de 2.906,09€ (pelo excesso de estimativa de compensação salarial de anos anteriores); as quotizações pagas à URIPSS no valor de 561,72€.

As depreciações do exercício no valor de 30.553,28€ refletem o desgaste anual dos bens do ativo fixo tangível.

Os juros e rendimentos similares obtidos dizem respeito a aplicações financeiras de curto prazo e em depósitos a prazo, tendo atingido o montante de 26.173,58€, valor muito superior ao do ano anterior.

Os resultados operacionais no ano são positivos em 610,67€, e os resultados de financiamento são positivos em 26.173,58€, fazendo com que o resultado líquido do período seja positivo em 26.784,25€.

Em termos de valências, apresentam-se os seguintes resultados:

	RESULTADO 31.DEZ.2024	RESULTADO 31.DEZ.2025
CRECHE	+1.895,57	+24.115,33
PRÉ ESCOLA	+52.146,88	+30.199,23
CASA DE ACOLHIMENTO	-34.815,56	-27.530,31
RESULTADO LÍQ.	+19.226,89	+26.784,25

➤ Na demonstração dos fluxos de caixa:

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de financiamento obtido - corrente.

Esta entidade não possui qualquer saldo em caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades:

i) Atividades operacionais:

As atividades operacionais englobam essencialmente: os recebimentos de clientes/utentes, de subsídios e de participações e, de associados; e, os pagamentos de apoios a utentes, a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e, a outros credores.

Os recebimentos ou pagamentos gerados ou utilizados pelas atividades operacionais são um indicador da capacidade da entidade em gerar meios de pagamento suficientes para manter a capacidade operacional, reembolsar empréstimos e fazer investimentos de substituição, sem ter de recorrer a fundos alheios.

A entidade apresenta este fluxo positivo em 97.481,95€, valor similar ao do ano anterior, que revela que a Entidade no ano manteve o saldo líquido das suas atividades operacionais.

ii) Atividades de investimento:

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos tangíveis e Investimentos Financeiros e de Outros Ativos.

A informação relativa aos recebimentos e pagamentos relacionados com este tipo de atividade é relevante, uma vez que mostra a extensão dos dispêndios feitos para a obtenção de recursos que tenham em vista gerar resultados e fluxos de caixa.

É natural que este fluxo seja negativo, porque o valor de compra de novos ativos é normalmente superior ao valor de venda dos mesmos. Neste ano, o fluxo é negativo em 22.297,97€, provocado pela aquisição dos bens do Ativo Fixo Tangível.

iii) Atividades de financiamento:

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, de rendas de locações, juros e despesas relacionadas.

A informação relativa aos recebimentos e pagamentos relacionados com este tipo de atividade permite estimar as necessidades de meios de pagamento e de novas entradas de fundos, para cobrir os fluxos gerados nas atividades operacionais e de investimento e, proporcionar aos financiadores informação sobre a capacidade da entidade para os reembolsar.

A entidade apresenta este fluxo nulo.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	31/dez/2024	31/dez/2025
Caixa	611,24	1.285,02
Depósitos à ordem	14.366,89	26.946,45
Depósitos a prazo	1.324.581,75	1.386.512,39
Descobertos bancários	0	0
Caixa e equivalentes de caixa - ATIVO	1.339.559,88	1.414.743,86
Caixa e equivalentes de caixa - PASSIVO	0	0
Outros instrumentos financeiros	0	0

3 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, de acordo com as NCRF- ESNL (normas contabilísticas e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo) - Aviso n.º 8259/2015.

b) Outras políticas contabilísticas:

Supletivamente, foram utilizadas as NCRF-PE (normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades) - Aviso n.º 8257/2015.

Os ativos, passivos, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos são reconhecidos de forma a:

- perspetivar a continuidade da entidade;
- respeitar o regime contabilístico do acréscimo (periodização económica);
- ter consistência na apresentação;
- atender à sua materialidade e agregação das transações conforme a sua natureza e função;
- não compensar os ativos ou passivos, nem os rendimentos ou gastos;
- permitir ter uma informação comparativa em relação ao período anterior;
- mensurar ao custo de aquisição, considerando ajustamentos de valor nas situações permitidas pelas NCRF.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base anual, pelo método das quotas constantes, a partir do exercício em que os respetivos bens entram em funcionamento, às taxas de depreciação previstas e razoavelmente representativas da vida útil estimada dos respetivos bens.

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e dos passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poder-se-á dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, permitindo uma informação comparativa.

Todas as situações de que temos conhecimento, e nomeadamente a situação de pandemia do COVID-19 e a situação de guerra na Europa, das quais resultam os subsequentes condicionamentos à atividade das famílias e empresas, não permanecem ainda assim dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade as suas atividades.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de ganhos e gastos durante o período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da direção em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da direção que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo período, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas:

Cumpre esclarecer que procedemos à forma de registo contabilístico no ano 2025 dos seguintes temas:

- 1) No seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), tal que:

1. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes), o valor recebido foi registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.

2. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (valor fixo da comparticipação), o valor recebido foi registado contabilisticamente na conta 75 – Subsídios à Exploração.

- 2) Os abonos de família para crianças e jovens são prestações em dinheiro atribuídas mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens e, portanto, não deverão ser reconhecidos como rendimentos da Instituição.

Nesse sentido, alterámos o procedimento face às atuais utentes residentes na casa de acolhimento da Instituição, pelo que os respetivos valores dos abonos de família foram registados na titularidade de cada jovem, em software que Instituição dispõe para o seu controlo, ficando registado contabilisticamente na conta 2781 – Outros Credores – valores à guarda, o valor exato a reembolsar às utentes, a qualquer momento.

No momento da saída da Instituição, o saldo das verbas dos abonos de família, líquido de despesas entretanto usufruídas, e que constam em conta corrente perfeitamente identificável, será entregue à utente ou ao seu representante legal, mediante auto de entrega devidamente assinado pelas partes, cabendo à Equipa Técnica e Educativa assegurar que o respetivo registo contabilístico é do conhecimento da criança ou jovem e entendido pela mesma, atendendo ao seu grau de desenvolvimento e maturidade.

Consideram-se verbas a deduzir às contas correntes dos abonos de família, as verbas que forem sendo disponibilizadas à utente durante o acolhimento, acompanhadas de comprovativo de despesa ou auto de entrega devidamente assinado, quando esta necessite de usufruir, para fazer face a despesas extraordinárias não enquadráveis no âmbito das prestações e apoios do Estado, pagas ao abrigo do acordo de cooperação ou no âmbito de outros serviços públicos ou solidários.

São despesas extraordinárias não enquadráveis no âmbito das prestações e apoios do Estado, pagas ao abrigo do acordo de cooperação ou no âmbito de outros serviços públicos ou solidários, por exemplo: atividades extracurriculares; viagem de finalistas; explicações; dinheiro de bolso ou outras despesas mediante proposta da Equipa Técnica, devidamente autorizada pelo Diretor Técnico. Em todas, deve ser garantida a comunicação ao gestor do processo de cada utente e a ele ficar averbada com os respetivos comprovativos.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas:

Nada a divulgar.

As estimativas contabilísticas incluem os valores expectáveis a receber e a pagar reconhecidos nas:

- Conta 2721—Devedores por acréscimo de rendimento, referentes à compensação financeira do diferencial remuneratório para o estabelecimento de educação pré-escolar do IGEFE, IP.; e ainda, subsídios e quotas de associados a receber;
- Conta 2722 – Credores por acréscimo de gastos, todos os gastos a liquidar no próximo ano, cujo custo seja de refletir no período corrente, onde se inclui a estimativa de encargos com férias do ano.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Nas contas 6881/7881 – as correções relativas a períodos anteriores incluem retificações:

- ao gasto/rendimento com férias, subsídios de férias e respetivos encargos patronais do período anterior, tendo a estimativa do mesmo sido insuficiente/excessiva;
- ao gasto com insuficiência de estimativa da compensação financeira do diferencial remuneratório para o estabelecimento de educação pré-escolar, relativa aos educadores;
- o IVA não reembolsado pelo Estado, por indeferimento, ao abrigo da Lei que rege a restituição de IVA às IPSS.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

4.1 – Divulgação para cada classe de AFT:

a) Critérios de mensuração usados:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 (data de transição para SNC), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo, pelo que os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As taxas são selecionadas de acordo com a especificidade e natureza dos ativos fixos tangíveis, as quais se consideram razoavelmente representativas da vida útil estimada dos respetivos bens:

Rubricas:	Anos de vida útil estimada	Taxas de depreciação
Terrenos e recursos naturais		0,00%
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Equipamento informático	5	20,00%
Programas de computador	3	33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, os abates e as depreciações:

Rubricas	Ativo fixo tangível bruto					Depreciação do período
	31/dez/2024	Adições	Alienação transfer.	Abates	31/dez/2025	
Terrenos recursos naturais	34.528,68	0			34.528,68	0
Edifícios e outras construções	647.541,48	6.600,80			654.142,28	16.429,71
Equipam. básico	192.226,79	14.849,56		8.550,90	198.525,45	12.385,40
Equipam. administrativo	13.722,01	0			13.722,01	1.738,17
Total	888.019,96	21.450,36	0	8.550,90	900.918,42	30.553,28

Nas adições registadas em edifícios e outras construções registaram-se os melhoramentos/grande reparação no edifício sede e conseqüentemente o aumento da vida útil esperada do mesmo.

Os bens provenientes da herança do Sr. António Silva Guerreiro - 5/100 do imóvel U-2871 e 5/100 do imóvel U-4454, ambos sítios em Faro - não sofreram depreciação anual porque os bens não se encontram em estado de uso.

O abate de bens do equipamento básico e/ou administrativo faz-se depois de inventariado e, após analisada a sua futura capacidade técnica de uso. E, por se encontrarem completamente deteriorados/obsoletos, não sendo de todo possível a sua reabilitação e, pelo seu valor comercial ser nulo, procede-se então ao seu abate físico.

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Nada a divulgar.

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS:

Nada a divulgar.

6 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:

Os gastos de financiamento suportados são juros e encargos bancários de descobertos bancários, e foram considerados gastos do período de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

As contas de empréstimos obtidos são registadas pelo custo, no passivo não corrente, quando se trata de financiamentos de médio e longo prazo e, no passivo corrente, quando se trata de descobertos bancários ou financiamentos de curto prazo.

A Instituição não tem, à data, quaisquer empréstimos contratados em Instituições bancárias nem em outras entidades externas, sendo o seu financiamento integralmente proveniente de fundos próprios.

Não se registaram quaisquer encargos com juros de descobertos bancários ou outros juros.

7 – INVENTÁRIOS:

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

Sistema de inventário:

permanente.

Forma de custeio:

as matérias-primas foram valorizadas ao custo de aquisição.

Os inventários são reconhecidos ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Os inventários incluem géneros alimentares e produtos de higiene e de limpeza, assim como outros materiais de consumo para utilização nos equipamentos sociais, casa de acolhimento, pré-escola e creche.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários:

Matérias-primas	31/dez/2024	31/dez/2025
Géneros alimentares	934,43	741,62
Produtos de higiene e de limpeza	1.003,85	479,54
Totais	1.938,28	1.221,16

7.3 - Quantias de inventários reconhecidas como gastos do período:

Matérias-primas	31/dez/2024	31/dez/2025
Inventário inicial	2.202,56	1.938,28
Compras	120.248,04	124.842,66
Regularizações – Donativos MP em espécie	26.202,61	+37.419,37
Regularizações – IVA Pedidos IPSS	(4.107,67)	-4.142,01
Regularizações - Ofertas		-3.839,88
Regularizações – Alimentação Custos c/ Pessoal		-40.669,00
Inventário final	1.938,28	1.221,16
Gasto no período	142.607,26	114.328,26

8 – RENDIMENTOS E GASTOS:

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito:

O rédito foi mensurado pela quantia da contraprestação acordada, determinada entre a entidade e o utente do serviço, no âmbito das atividades desenvolvidas pela Instituição, constituindo comparticipações dos utentes referente a serviços e equipamentos sociais da creche, pré-escola e casa de acolhimento.

O rédito de comparticipações de utentes é reconhecido mensalmente, em função dos serviços prestados, e onde se refletem também os valores recebidos por acordos de cooperação do ISS, IP. para compensação/apoio ao pagamento das mensalidades que seriam devidas pelos utentes.

8.2) Quantia e natureza de rendimentos e dos gastos cuja dimensão no período seja excecional:

A situação de guerra na Europa, pelo escalar do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, com início em fevereiro de 2022, causa imensa imprevisibilidade a nível mundial, com toda a estrutura económica, financeira e social afetada, o que culmina, inevitavelmente, numa escalada vertiginosa nos preços dos produtos e bens, à escala mundial.

Também, pelo aumento da taxa da inflação, que implica uma subida generalizadas dos preços dos produtos e serviços, a Instituição, vê o seu resultado líquido neste ano bastante reduzido, em comparação com os anos anteriores, pois sentiu um grande impacto nos preços de aquisição de muitos bens, sobretudo na eletricidade e nos produtos alimentares.

Pela análise histórica às contas da Instituição verificamos que a estrutura de rendimentos e gastos é relativamente estável, sofrendo pontualmente os impactos das situações atrás identificadas, como qualquer outra entidade, não se identificando situações extraordinárias neste ano.

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:

Nada a divulgar.

10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios e outros apoios das entidades públicas e métodos de apresentação nas demonstrações financeiras:

- subsídios à exploração – são para compensação por gastos já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à instituição, sem qualquer futuro custo relacionado. São reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do exercício.
- subsídios ao investimento - não existem valores a reconhecer.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos depreciables são inicialmente reconhecidos nos fundos próprios sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

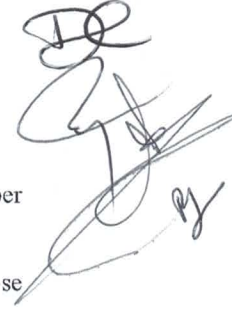
Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não depreciables são inicialmente reconhecidos nos diferimentos e serão reconhecidos os rendimentos em parcelas iguais durante 10 anos.

10.3 – Principais doadores / fontes de fundos:

ANO 2025 Subsídios à exploração:	Creche	Pré-escola	Casa A.	Total 31/dez/2025
ISS, IP. – COMPLEMENTO FUNCIONAMENTO ALARGADO	11.464,71			11.464,71
ISS, IP. – SUBSÍDIOS			228.688,68	228.688,68
ISS, IP. – Programa SERE+			68.175,12	68.175,12
ISS, IP. - IGEFE, IP. - Compensação financeira do diferencial remuneratório para pré-escola		54.008,80		54.008,80
IEFP, IP. - Contratos de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde	4.365,45	7.054,70		11.420,15
				373.757,46

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

11.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas usadas:

- 
- Clientes e utentes; Estado e outros entes públicos (EOEP); fornecedores e outras contas a receber e a pagar:

As contas de clientes e utentes, fornecedores, EOEP e, outras contas a receber e a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo. Foram registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Na conta 2781 – Outros Credores encontra-se registada uma subconta referente ao saldo líquido dos abonos de família pertencentes às utentes da casa de acolhimento, mas em guarda da Instituição. Uma vez que os beneficiários efetivos são na realidade cada uma das utentes da casa de acolhimento, alterámos o procedimento contabilístico, por forma a refletir nas contas da Instituição essa realidade, evidenciando de forma inequívoca a dívida para com as utentes.

Os saldos evidenciados na contabilidade, são confirmados numa base mensal, sempre que possível com recurso a dados obtidos das entidades externas à Instituição, que incluem muitas vezes a circularização de saldos quando se trata de fornecedores e outros credores.

São reconhecidas imparidades sobre as dívidas a receber de utentes em mora há mais de 24 meses e cujo risco de incobrabilidade se evidencie elevado.

- Inventários:

Os inventários encontram-se mensurados ao mais baixo entre o custo e o valor realizável líquido, utilizando-se o FIFO como método de custeio nas saídas.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e nas suas condições atuais.

Em relação aos donativos obtidos de bens que constituam produtos de alimentação e artigos de higiene e limpeza, os mesmo são incluídos no inventário, caso não tenham sido consumidos dentro do próprio ano, ao preço de custo determinado pelo donatário, evidenciado em fatura emitida nos termos legais ou outro documento apresentado no momento da doação.

É realizado o Inventário físico dos bens, numa periodicidade mensal, que transitam em armazém, para consumo no mês seguinte. Tal contagem física, após valorização é relevada na contabilidade, também numa base mensal.

- Outros ativos financeiros:

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a instituição transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

- Empréstimos:

As contas de empréstimos são registadas, no passivo não corrente, quando se trata de financiamentos de médio e longo prazo e, no passivo corrente, quando se trate de descobertos bancários ou financiamentos de curto prazo.

- Custos de empréstimos obtidos:


Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- Rédito:

Na instituição, os réditos são reconhecidos de acordo com:

- uma periodicidade mensal, no que respeita às mensalidades cobradas aos utentes e dos valores recebidos provenientes dos acordos de cooperação do ISS, IP., quando os mesmos se refiram ao apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente;



- 
- o regime contabilístico do acréscimo e numa perspetiva de continuidade da entidade, quanto aos restantes tipos de rédito.
 - Subsídios do Governo:

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos depreciables são inicialmente reconhecidos nos fundos próprios sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não depreciables são inicialmente reconhecidos nos diferimentos e serão reconhecidos os rendimentos em parcelas iguais durante 10 anos.

Os subsídios do Governo para compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer futuro custo relacionado são reconhecidos como rendimento do período em que se tornarem recebíveis.

No seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), cumpre esclarecer que sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (valor fixo da comparticipação), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 75 – Subsídios à Exploração.

Caso contrário, sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

- Periodizações:

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos próprios, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

As transações são reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas outras contas a receber e diferimentos.

- Caixa e depósitos bancários:

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Os saldos evidenciados na contabilidade, são confirmados numa base mensal, sempre que possível com recurso a dados obtidos das entidades bancárias.

O saldo de Caixa é inventariado fisicamente numa base mensal, e a folha de caixa é elaborada com recurso aos documentos que comprovam as despesas realizadas, sendo preenchida, após validação e confirmação pelos responsáveis da Instituição da autenticidade das mesmas.



11.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais:

Contas	Saldo a 31/dez/2024	Transfer.	Aumento/ Diminuição	Saldo a 31/dez/2025
Fundos	139.021,31			139.021,31
Resultados transitados	1.321.119,54		19.226,89	1.340.346,43
Outras variações fundos patrimoniais – Doações	34.994,98			34.994,98
Resultado líquido do período	19.226,89	(19.226,89)	26.784,25	26.784,25

Todas as rubricas dos fundos próprios constantes do balanço estão escrituradas ao custo.

11.4 – Quantia escriturada de ativos financeiros dados como garantia ou penhor:

Nada a divulgar.

11.7 – Dívidas à entidade reconhecidas no balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Dívidas a receber à mais de 12 meses	31/dez/ 2024	31/dez/ 2025
Utentes – mensalidades	0	0
Associados – quotas 2020-2024	298,56	396,00

Foram consideradas incobráveis quotas no valor de 120,00€, porque:

- Foram esgotadas todas as vias possíveis de cobrança, revelando-se infrutíferas as inúmeras tentativas ao longo destes últimos anos;
- Por desistência ou falecimento do associado;

Não foram criadas imparidades aos valores aqui divulgados por existirem ainda expectativas credíveis de recebimento.

11.8 – Dívidas da entidade reconhecidas no balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Nada a divulgar.

12 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:

12.1 - Números médios:

a) de empregados durante o período - 35 funcionários, distribuídos da seguinte forma:

	Número médio de empregados Ano 2024	Número médio de empregados Ano 2025
Creche	9	9
Pré-escola	11	13
Casa de Acolhimento	12	13
Total	32	35

b) dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro:

Elementos da direção	A 31/dez/2024	Alteração No período	A 31/dez/2025
Presidente	1	Recondução	1
Vice-Presidente	1	Recondução	1
Secretário	1	Recondução	1
Tesoureiro	1	Cessação/Eleição	1
Vogal	1	Recondução	1
Suplente	1	Recondução	0
Total	6		5

12.2 – Compromissos em matéria de pensões:
Nada a divulgar.

12.3 – Membros do órgão de direção e de supervisão:

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos:
Nada a divulgar.

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias:
Nada a divulgar.

c) Remunerações dos órgãos de direção e de supervisão:
Os elementos da direção e do conselho fiscal não auferem qualquer tipo de remuneração pelo desempenho dos seus cargos.

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

13.1 – Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos nas DF's:
Nada a divulgar.

Não há conhecimento de eventos ou de quaisquer outras informações que tenham ocorridos e que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14 – AGRICULTURA:

Nada a divulgar.

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS:

15.2 – Dívidas ao Estado em situação de mora:

Nada a divulgar. São verificadas numa base mensal as dívidas existentes com recurso à informação disponível no site da entidade pública.

Foram cumpridas todas as obrigações declarativas, apurados e pagos os impostos devidos, pelo que não existem quaisquer valores em mora, apresentado a instituição a sua situação tributária regularizada.

15.3 – Dívidas à Segurança Social em situação de mora:

Nada a divulgar. São verificadas numa base mensal as dívidas existentes com recurso à informação disponível no site da entidade pública.

Foram cumpridas todas as obrigações declarativas, apurados e pagas as contribuições devidas, pelo que não existem quaisquer valores em mora, apresentado a instituição a sua situação contributiva regularizada.

16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES:

16.1 – Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Nada a divulgar.

16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Composição da conta 56 - Resultados Transitados à data de fecho das contas no valor de 1.340.346,43€:
(1) inclui o valor da doação do Imóvel original U-9365 Rua dos Caçadores IV, nº2:

Anos	Resultado positivo	Resultado negativo
Anteriores (1)	303.984,19	
2004	10.662,99	
2005	68.922,35	
2006	10.829,71	
2007	40.918,84	
2008	60.875,06	
2009	48.934,22	
2010	4.124,06	
2011		(19.346,44)
2012	37.665,88	
2013	60.241,49	
2014	124.320,36	
2015	82.769,42	
2016	84.966,44	
2017	84.696,46	
2018	68.420,57	
2019	92.936,23	
2020	72.549,22	
2021	62.225,54	
2022	44.346,08	
2023		(23.923,13)
2024	19.226,89	
Subtotal	1.383.616,00	(43.269,57)
Total	1.340.346,43	

16.3 – Considerações finais

Também agora o mundo sofre os impactos sócio -económicos e financeiros da guerra na Europa, pelo conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, esta última com o apoio da maioria dos países da EU e outras grandes potências, com todas as consequências nefastas que daí se adivinham e que são do conhecimento geral.

Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à sua situação de liquidez e fundos patrimoniais, bem como quanto ao valor dos ativos e passivos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

O técnico responsável,

Sandra Ramalho
Contabilista certificado n.º 23354
Auditora contabilística



A direção,



C
L
B
G

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

período findo em
31 de dezembro de 2025

Exmos. Srs. Associados da Casa de Santa Isabel,

em cumprimento das disposições legais e estatutárias da Instituição, submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Direção:

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhamos a Instituição através do contacto regular com os elementos da Direção.

Todos os esclarecimentos foram prontamente prestados pelos diferentes órgãos e serviços da Instituição, em resposta aos nossos pedidos de informação e esclarecimento.

O Conselho Fiscal procedeu ao exame dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, à verificação das contas e às conferências que julgou necessárias.

O Relatório da Direção satisfaz os requisitos legais e estatutários, refletindo fiel e claramente a evolução das atividades, os problemas e as perspectivas da Instituição.

Verificámos que os mapas apreciados foram preparados a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as NCRF-ESNL - Normas contabilísticas e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo e, supletivamente pelas NCRF-PE - Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades, conforme as disposições legais em vigor.

Verificámos que os ativos, passivos, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos são reconhecidos, tal como a lei o exige, de acordo com:

- o regime contabilístico do acréscimo (periodização económica);
- uma perspectiva de continuidade da entidade;
- respeito pelo princípio da consistência;
- a sua materialidade;
- o princípio da não compensação entre os ativos e passivos, nem entre os rendimentos e gastos;
- a produção duma informação que permita a comparação em relação ao período anterior.

Verificámos que os critérios valorimétricos adotados, a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, conduzem a uma correta avaliação do património da Instituição e dos resultados do período, e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a sua posição económico-financeira.

As contas finais do ano, face ao previsto no Orçamento retificativo aprovado em Assembleia Geral de novembro último, revelam que:

	FECHO CONTAS Ano 2025	Orçamento Retificado Ano 2025	Diferença apurada
Investimento: grande reparação edifício	6.600,80	25.000,00	-18.399,20
Investimento: aquisição bens AFT	10.679,46	30.000,00	-19.320,54
RENDIMENTOS: valor global	1.102.335,67	1.088.250,00	+14.085,67
GASTOS: valor global	1.075.551,42	1.065.000,00	+10.551,42
RESULTADO líquido do período	+26.784,25	+23.250,00	+3.534,25

E, em termos de valências:

RESULTADO DO PERÍODO	Ano 2025
CRECHE	+24.115,33
PRÉ ESCOLA	+30.199,23
CASA DE ACOLHIMENTO	-27.530,31
RESULTADO do período - POSITIVO	+26.784,25

O que é revelador de QUE CONTINUAM SALVAGUARDADOS os fins de cariz social preconizados pelos estatutos da Instituição.

Face à informação disponível à data, conclui-se que a Instituição mantém as suas contas saudáveis, no que respeita à sua situação de liquidez, o valor dos fundos patrimoniais, dos ativos e dos passivos sendo-lhe aplicável a intenção de continuidade. A Instituição mostra repensar estratégias de atuação no presente, com especial atenção ao seu compromisso na tomada de decisões que não comprometam o seu futuro.

Assim, e face aos tempos difíceis que se antevem são NOSSAS RECOMENDAÇÕES:

- A avaliação da assertividade das diretrizes e normas de conduta, já implementadas, junto dos intervenientes, utentes e funcionários, no sentido da redução generalizada nos gastos e consumos na Instituição, e ainda a procura de novas atitudes que estimulem a poupança;
- A averiguação da imprescindibilidade dos gastos, preconizando sempre uma tomada de decisão que eleve os níveis de qualidade dos serviços prestados, a autossustentabilidade face aos rendimentos obtidos em cada uma das valências, e na própria Instituição como um todo.
- Paralelamente à otimização funcional dos diversos setores da Instituição, uma criteriosa escolha dos fornecedores, baseada na análise da otimização do binómio qualidade/preço, que deve, sempre que possível defender os produtores da economia local, regional e nacional.
- A constante análise do binómio utentes/recursos humanos da Instituição, averiguando se o mesmo satisfaz as exigências legalmente impostas por lei, mas ao mesmo tempo se defende e preenche o padrão de exigência da qualidade ideal dos serviços a prestar.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efetuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório de Direção e os restantes elementos da prestação de contas do período de 2025 e, que seja emitido um voto de confiança à Direção, louvando o seu bom desempenho e as boas práticas na gestão assim como de todo o seu staff.

Faro, 25 de março de 2026

João Carlos Silva
Delmira Rose Francisco Cipriano Silva